



Universidade de São Paulo

Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz

Departamento de Economia, Administração e Sociologia.

**Iniciativas de Economia Solidária:
um estudo de caso por uma produção e consumo sustentáveis**

Sharon Tosh Schievano Lima

Orientadora: Profa. Dra. Laura Alves Martirani

Piracicaba

2006

Sharon Tosh Schievano Lima

**Iniciativas de Economia Solidária:
um estudo de caso por uma produção e consumo sustentáveis**

Orientadora: Profa. Dra. Laura Alves Martirani

Monografia apresentada ao Departamento de Economia, Administração e Sociologia da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade de São Paulo.

Piracicaba

2006

Agradecimentos

Agradeço a Deus, a minha família, aos amigos de perto e de longe.

Estes são a tríplice base na qual eu me apóio.

*Às amigas e amigos deste tempo maravilhoso de ESALQ
que sempre estarão por perto, ainda que em pensamento.*

Aos companheiros das horas mais alegres e por que não, das horas mais tristes também...

...Tanto nas lutas como nas artes. Aprendi muito com todos vocês.

Dou graças aos professores da graduação, em especial minha orientadora e amiga.

*Agradeço por ainda haver pessoas idealistas que não deixam os
sonhos esmorecerem perante as dificuldades.*

*Agradeço enfim a todos aqueles que de alguma forma tocaram meus pensamentos e meu coração,
e me incentivaram a não desistir de seguir este caminho,
caminho de aprendizados, conquistas e alegrias.*

Iniciativas de Economia Solidária: um estudo de caso por uma produção e consumo sustentáveis

RESUMO

Este trabalho procura estabelecer uma relação entre as iniciativas de economia solidária e as práticas de consumo e produção sustentáveis. Ao resgatar historicamente nos movimentos ambientalistas os princípios da sustentabilidade que trazem consigo os conceitos dos novos consumos, a partir dessa contextualização ambiental e teórica, aborda a economia solidária, cujas principais características são a autogestão, a valorização do trabalho humano, o respeito à natureza, aspecto que garante a sustentabilidade dos empreendimentos, o respeito à condição feminina e a inclusão de todos os participantes do processo nos benefícios gerados. Ao pontuar estes termos como norteadores de que compreendemos ser o consumo e a produção sustentáveis, apresentamos um estudo de caso sobre uma iniciativa de economia solidária em particular: a cadeia de empreendimentos solidários “JUSTA TRAMA”. Esta cadeia, organizada desde o plantio do algodão agroecológico até a comercialização em feiras e eventos solidários é considerada um exemplo de como uma “outra” economia realmente pode acontecer. A idéia central por trás do empreendimento todo é que, unidos, os empreendedores têm mais chances de enfrentar as adversidades impostas pelo mercado, expandir suas atividades e gerar renda para inúmeras famílias. Trata-se de um ciclo de produção sustentável que incentiva o consumo – também sustentável – por parte dos atores tanto no início como no final da cadeia. Dessa forma, é feita a ligação do que consideramos a prática da economia solidária na teoria no que chamamos de produção e consumo sustentáveis.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

Introdução	06
Objetivos	08
Metodologia	08

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

O contexto ambientalista	10
Desenvolvimento sustentável e a sustentabilidade	11
Os novos consumos	13
A economia solidária	17

O ESTUDO DE CASO

A Justa Trama - Histórico	24
Realidades e Desafios	29
Da matéria-prima ao produto final	33

CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
-----------------------------------	-----------

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	40
---	-----------

APRESENTAÇÃO

Introdução

“As monoculturas produzem ausência e as ecologias produzem existência”.

Boaventura de Sousa Santos

Este trabalho fala de uma economia que é vivida cotidianamente pelo povo simples dos bairros, pelos desempregados, trabalhadores informais, biscateiros, camelôs, pequenos empreendedores e uma multidão de brasileiros que hoje ficam à “margem” do mercado formal e são tratados como secundários e perniciosos. Fala de uma economia que fervilha bem cedinho na bodega da Maria, na quitanda do Pedro, no mercado público, na feirinha do bairro, no boteco da esquina, nas praças públicas e nos becos da cidade.

Esta economia solidária é uma realidade que faz pulsar a vida de mais de cinquenta por cento dos trabalhadores de nosso país, garantindo maior circulação de riquezas e justiça social. Jandir Pauli (2006, pág. 33) nos remete a um conceito de economia carregado de significado:

O modelo de economia proposto no *óikos* grego carrega um conceito que significa organização econômica como gestão da casa e da vida dos cidadãos. Neste caso, a economia é sempre um exercício coletivo voltado à promoção das condições de subsistência e de provisão das condições materiais para o exercício da cidadania.

Entende-se que as várias vertentes discutidas acerca do consumo hoje em dia surjam como uma resposta à necessidade de ambientalização do mesmo, uma forma de se exercer o poder político e cidadão que está nas mãos dos consumidores na sociedade capitalista ocidental. O dito consumidor consciente, ou responsável, ou sustentável, tem um papel fundamental nesta questão. Suas escolhas cotidianas podem ajudar a construir uma sociedade mais sustentável e justa. Neste contexto, o ciclo produção-consumo-produção-consumo implica em pensar a sustentabilidade mais além, não só na efetividade e qualidade dos serviços, mas também numa perspectiva social, incluindo a geração e distribuição de renda.

As iniciativas de economia solidária, ao propor uma organização onde os cidadãos e cidadãs se incumbem em criar sua própria fonte de trabalho visando o acesso a bens e serviços de qualidade ao mais baixo custo possível, numa dinâmica de reciprocidade que articula os interesses individuais aos coletivos, se apresentam como alternativas em nosso sistema capitalista, onde a questão do bem-estar das pessoas e do emprego (que foram ficando cada vez mais difíceis) são essenciais. Papel também de destaque aos parceiros destas iniciativas, tanto no chamado terceiro setor como no governo, que fomentam a cooperação, a ação solidária em reação à desigualdade, a uma realidade onde cada vez poucos detêm muito e muitos detêm pouquíssimo, e que são fundamentais para a constituição de uma sociedade mais ética e saudável.

Mergulharemos na realidade de uma cadeia de empreendimentos solidários na tentativa de entender mais a fundo seus princípios, sua organização e funcionamento e assim evidenciar a importância da valorização do trabalho, da utilização de insumos menos impactantes ao meio, assim como celebrar a cooperação e as alternativas de autogestão pertinentes à economia solidária. Visamos apontar realizações, obstáculos, mas acima de tudo perspectivas de futuro a uma sociedade capitalista que está esgotando seus recursos e exaurindo seus trabalhadores.

Objetivos

Esta monografia tem como objetivo geral buscar nas experiências de economia solidária exemplos de como a prática por vezes pode dialogar, responder e apontar alternativas ao que parece por vezes um beco sem saída, quando tratamos de sustentabilidade, geração de emprego e renda e perspectivas para a atual sociedade de consumo.

Sob esta perspectiva, este trabalho desenvolve um estudo de caso sobre uma cadeia de empreendimentos no ramo têxtil, cadeia esta solidária e que compreende cooperativas nas regiões norte, nordeste, sul e sudeste do Brasil.

Especificadamente, vamos discutir os conceitos e as práticas por trás da adoção de novos comportamentos de consumo, além de inserir a questão da insustentabilidade social nestas discussões, ao relacionar a “produção sustentável” à prática do “consumo sustentável”. Visamos, por fim, contribuir ao debate, abrindo portas para outras discussões e trabalhos no futuro.

Metodologia

A metodologia empregada no trabalho foi exploratória, na medida em que se objetivou aprofundar as idéias sobre o objeto de estudo utilizando-se de dados secundários por meio de bibliográfico, com base no que já foi publicado sobre o tema, inclusive declarações e depoimentos, e dados primários obtidos através de entrevista semi-estruturada realizada por telefone, com uma das coordenadoras da cadeia, para detalhamento e esclarecimento de nosso objeto de estudo. O estudo de caso¹ desenvolvido sobre a JUSTA TRAMA, uma iniciativa de economia solidária no ramo têxtil que comercializa produtos de uma cadeia produtiva de algodão ecológico foi escolhido por responder a um conjunto de inquietações e indagações no âmbito das práticas de consumo e produção sustentáveis, de modo a atender questões de renda e emprego. O estudo

¹ O estudo de caso pode ser definido como uma investigação de um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre os fenômenos e o contexto não estão claramente definidos.

compreendeu uma análise desta experiência, incluindo seu histórico, forma de organização e funcionamento, linhas de produção e limitações, de modo a explicitar a realidade de experiências afins, devidamente fundamentado nas teorias e conceitos já descritos pela revisão de literatura.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

O Contexto Ambientalista

O movimento ambientalista em seu propósito de defender um futuro para as próximas gerações, produz desde a década de 1960 relatórios, documentos e tratados que buscam alertar e denunciar os problemas ambientais no mundo, defender a preservação dos recursos esgotáveis e da biodiversidade e principalmente garantir que os indivíduos, estados e nações conscientizem-se da importância de voltarmos à atenção para as questões ambientais. O relatório de 1968 “Os limites do desenvolvimento”, produzido pelo Clube de Roma, que propunha o crescimento zero, de modo a reduzir a devastação também a zero. Em 1972, houve a Declaração de Estocolmo, produzida pela Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, que também tratava desta mesma temática. Na mesma década, em 1977, em Tblisi, ex-União Soviética, um marco: a Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental, que estabeleceu os princípios norteadores da EA e enfatizou seu caráter interdisciplinar, crítico, ético e transformador. Assim se seguiram outros: “O desenvolvimento sustentável adota uma perspectiva de longo prazo do processo de desenvolvimento econômico e social que compreende a salvaguarda e o incremento do capital ambiental e social e a redução da iniquidade”. Este conceito ganhou relevância no Relatório da Comissão Brundtland de 1987 e consolidou seu lugar como âncora para as políticas durante da década de 1980.

Na Conferência sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a ECO-92, realizada no Rio de Janeiro em junho de 1992², em seu Fórum Internacional de ONGs e Movimentos Sociais, é assinado o TRATADO SOBRE CONSUMO E ESTILO DE VIDA. Este tratado

² Representantes de 1300 organizações não-governamentais de 108 países, inscritos no Fórum Internacional de ONGs e Movimentos Sociais, redigiram 36 planos de ação, aprovados em plenária e denominados tratados, entre os quais o Tratado sobre Consumo e Estilo de Vida.

pertinentemente alerta para os sérios problemas globais de desenvolvimento e meio ambiente que o mundo enfrenta e defende que os mesmos decorrem de uma ordem econômica mundial caracterizada pela produção e consumo sempre crescentes, o que esgota e contamina nossos recursos naturais, além de criar e perpetuar desigualdades gritantes entre as nações, bem como dentro delas. Segundo o preâmbulo do tratado fomos levados além dos limites da capacidade de sustento da Terra e agora nos cabe buscar o equilíbrio, a sustentabilidade ecológica equitativa, entre os países e dentro deles. “Será necessário desenvolver novos valores culturais e éticos, transformar estruturas econômicas e reorientar nossos estilos de vida” (TRATADO SOBRE CONSUMO E ESTILO DE VIDA, 1992). Esta proposta de padrões de consumo e produção justos e sustentáveis baseia-se em seis princípios básicos, que se aplicam tanto a produtores quanto a consumidores: revalorizar, reestruturar, redistribuir, reduzir, reutilizar e reciclar. A partir de então discussões e questionamentos a respeito do papel do consumo na geração de impactos ambientais se agregam à problemática ambiental como um todo. Estes seis princípios básicos e seus respectivos planos de ação são fundamentais no norteamento de nossa escolha deste trabalho em particular.

Desenvolvimento Sustentável e a Sustentabilidade

O conceito de desenvolvimento sustentável, embora ainda objeto de alguma controvérsia, procura conciliar a necessidade de desenvolvimento econômico da sociedade com a promoção do desenvolvimento social e com o respeito ao meio-ambiente. Ele traz consigo ideologias e atitudes que exigem essas mudanças nos valores que orientam o comportamento dos agentes econômicos, não só deles, mas também mudanças no conjunto da sociedade, exigidas pelos princípios propostos no tratado. Neste contexto, LEFF (2004 pág 62) defende que “os conflitos socioambientais emergem de princípios éticos, direitos culturais e lutas pela apropriação da natureza que vão além da internalização dos custos ecológicos para assegurar um crescimento sustentado”. Faz-se necessário então desenvolver novos valores culturais e éticos, transformar estruturas econômicas e reorientar nossos estilos de vida. A publicação O ESTADO DO MUNDO, da Worldwatch Institute, edição 2004, sob o tema: “A sociedade de consumo”, pergunta como intensificar a sustentabilidade

do desenvolvimento? “Um dos resultados da Cúpula de Johannesburgo de 2002 foi colocar o desenvolvimento sustentável como um objetivo integral entre as Metas de Desenvolvimento do Milênio compartilhadas pela comunidade global”. Diz ainda que:

“... essas metas vão além da sustentabilidade ambiental e abrangem objetivos como a erradicação da fome e a melhoria da saúde, da educação, da equidade social e da cooperação internacional. (...) reivindicam não somente um melhor desempenho econômico, mas a melhoria da qualidade de vida por meio do desenvolvimento social” (O ESTADO DO MUNDO, 2004, pág 08).

Em termos conceituais, desenvolvimento sustentável é uma grande idéia, mas uma grande idéia que emperra numa prática não resolvida imediatamente. O importante hoje é dedicar tempo e energia para promover melhores condições de vida a populações que vivem em condições desfavoráveis, sem repetir o mesmo modelo de crescimento econômico que foi praticado nos países que atingiram condições de vida muito elevadas, mas também a um custo muito elevado. E é neste momento que nos cabe pensar cuidadosamente sobre o que queremos dizer por desenvolvimento. Normalmente, falamos em desenvolvimento como aumento do poder aquisitivo e freqüentemente entendemos o desenvolvimento como uma consequência natural do celebrado crescimento do produto em um país. Nos países mais pobres esse crescimento é perseguido a todo custo, mas quando pensamos nos países mais ricos, o pensamento poderia ser diferente. “Precisamos, sim, de uma ética de suficiência para apreciar o que temos e valorizar as coisas que realmente queremos”, diz Gary Gardner, membro do Worldwatch Institute. Essa renovação da ética proposta implica em mudarmos algo profundamente arraigado em nossa sociedade ocidental. Implica em mudarmos e repensarmos o nosso consumo e seus incentivos. Trata-se também de uma questão de disciplina, como propõe GARDNER (2006): “... ter a disciplina de limitar nosso consumo, a disciplina de dizer: Não necessito mais do que já tenho. Chega, é suficiente”.

Nesta perspectiva, a sustentabilidade surge como uma alternativa, uma necessidade de restabelecer o lugar do ambiente no pensamento econômico e nas práticas que visam desenvolvimento. Devemos lembrar, porém, que estes discursos não estão isentos do conhecido conflito de interesses que temas como esses levantam, justamente por abranger questões econômicas e ambientais, por vezes antagônicas e que, em outras vezes, são

complementares. Uma vez proposto este repensar o nosso consumo, valheremo-nos de Fátima Portilho (2005), que aborda em suas obras todo o processo histórico por trás do chamado “deslocamento” da questão ambiental da produção para o consumo. A autora descreve o conflito de interesses, que antes se digladiavam exclusivamente em ringues de produção, e que hoje freqüentam também outros mares, ou seja, discute-se o que fazer sob a perspectiva do consumo. Em seu artigo, PORTILHO³ destaca que a crítica deixou de ser somente aos modelos de produção, seus impactos e conseqüências. O consumo individual também foi chamado à responsabilidade pelos problemas ambientais que enfrentamos. Se, assim como na questão da produção discutem-se mudanças nos padrões e até a sua redução, no viés do consumo surge o embate se este deve ser reduzido e se deve ter seus próprios padrões alterados e revistos.

Os Novos Consumos

MARTIRANI et al. (2006, pág. 05) propõem que:

“Na tentativa de superação do modelo civilizatório em que se assenta o consumismo, levanta-se o questionamento dos valores que sustentam os apelos ao consumo (...) numa perspectiva social, mais humanitária, altruísta, cooperativa e de consideração a interesses coletivos. Numa economia e sociedade capitalista, falar de cooperação e solidariedade soa quase sempre como um discurso ingênuo, de natureza apelativa, emocional, religiosa ou demagógica. A competitividade (...) deve ser repensada dado que é nossa espécie que está entrando em situação de risco (...) e se não convencer aos adeptos da ‘competitividade natural’ por argumentos de natureza humanista, pode convencê-los sob o argumento da interdependência, do necessário e fundamental processo de inter-relação entre todos os seres vivos”.

A integração do pensamento da sustentabilidade cada vez mais presente na atualidade abre um campo de perspectivas alternativas e delas emergem conceitos como o Consumo Verde, Consumo Consciente, Consumo Responsável e Consumo Sustentável. Podemos apontar aqui que a sustentabilidade, especialmente enquanto discurso, representa a necessidade de se restabelecer o lugar do ambiente no pensamento econômico. Apontamos também que este discurso não está isento do conflito de interesses que temas

3 Artigo disponível *online*, sem numeração de páginas in www.rubedo.psc.br/Artigos/consumo.htm.

como esses levantam, justamente por abranger questões econômicas e ambientais, por vezes antagônicas e em outras vezes complementares.

Dessa forma, existem certas e sutis diferenças entre conceitos que abordam o consumo, em geral no contexto do movimento ambientalista, originários de uma proposta de consumo que vem sendo conhecido como Consumo Verde, um termo bastante abrangente e que segundo Portilho (2005, pág. 114) é praticado por um tipo de consumidor que “além da variável qualidade/preço, inclui, em seu ‘poder’ de escolha, a variável ambiental”. Este consumidor seria a peça chave para o estímulo ao “uso e desenvolvimento de tecnologias limpas, (...) através das preferências na hora da compra e responsável por boicotes aos produtos que não fossem ‘amigos do verde’”.

O termo Consumo Sustentável, segundo FURRIELA (2001, pág. 01), refere-se ao:

“... consumo de bens e serviços promovido com respeito aos recursos ambientais, que se dê de forma que garanta o atendimento das necessidades das presentes gerações, sem comprometer o atendimento das necessidades das futuras gerações. A promoção do consumo sustentável depende da conscientização dos indivíduos da importância de tornarem-se consumidores responsáveis. Depende ainda de um trabalho voltado para a formação de um consumidor-cidadão. Esse trabalho educativo é essencialmente político, pois implica a tomada de consciência do consumidor do seu papel de ator de transformação do modelo econômico em vigor em prol de um novo sistema, de uma presença mais equilibrada do ser humano na Terra. O consumidor é ator de transformação, já que tem em suas mãos o poder de exigir um padrão de desenvolvimento socialmente justo e ambientalmente equilibrado”.

MARTIRANI et al. (2006, pág 12) nos alerta que “de um modo geral as várias correntes estão afinadas sobre o perfil de critérios na adoção de práticas de consumo, como poupar os recursos naturais, conter o desperdício, reutilizar e reciclar a maior quantidade possível de resíduos”. Sendo assim, o Consumo Responsável tem sido entendido também como Consumo Sustentável, não havendo uma diferenciação maior, por assim dizer, ao menos até o momento. Porém, podemos destacar um órgão governamental, o Instituto de Defesa do Consumidor – IDEC – que se configura num expoente da defesa do Consumo Sustentável. Este órgão, aliado ao ministério do Meio Ambiente atua na educação e na capacitação de agentes multiplicadores, visando a (in)formação de cidadãos conscientes,

utilizando, entre outros meios a publicação “Consumo Sustentável: Manual de Educação” e guias de boas práticas em consumo sustentável.

Seguimos com o termo Consumo Consciente, que propõe transformar o ato de consumir em um ato de cidadania. Em adição ao bem estar pessoal, o consumidor consciente considera, em suas escolhas de consumo, as possibilidades ambientais e as necessidades sociais. Seu expoente é o Instituto Akatu pelo Consumo Consciente. MARTIRANI et al. (2006, pág 10) nos mostra sua ideologia “onde o consumidor busca o equilíbrio entre sua satisfação pessoal, a preservação do meio ambiente e o bem-estar da sociedade, refletindo o que consome e prestigiando empresas comprometidas com a responsabilidade social”.

Voltando ao “deslocamento” proposto por Portilho percebemos a inserção de diversos segmentos da sociedade nos movimentos ambientalistas, entre os quais os setores industrial e empresarial, que interessados em modificar a imagem de “inimigos do verde”, começam a propagar uma imagem e um discurso de que são eles justamente quem pode resolver estas questões para a sociedade, sendo neste contexto, o ambiente mais uma oportunidade de negócio (PORTILHO, 2005). Na vertente do consumo, contraposições entre os discursos ecológicos tradicionais e a influência da racionalidade empresarial, uma defendendo a redução do que é consumido e a outra, as tecnologias limpas e projetos de responsabilidade social veio a embaralhar um pouco as coisas, desnortear de certa forma a insustentabilidade de nossos processos e modos de produção e consumo. A autora destaca que, nesta perspectiva, deixa-se de “enfocar aspectos como a descartabilidade, a obsolescência planejada e a redução do consumo, e enfatiza-se a reciclagem, o uso de tecnologias limpas e a redução do desperdício”, criando as condições para o surgimento de um novo e em franca expansão nicho de mercado, o mercado do consumidor verde (PORTILHO, 2005).

Assim como os conceitos de desenvolvimento sustentável e de sustentabilidade são por vezes difusos, esvaziados e utopizados, os conceitos, idéias e práticas do Consumo Verde e suas correntes também são adotados por diferentes segmentos, com diferentes significados. Um exemplo disso é o viés mercadológico do Consumo Verde, onde despontam os selos verdes e as certificações de produtos.

Mesmo as iniciativas educativas para adoção de novas ações diárias são discursos que se afinam com o movimento ambientalista, são bandeiras comuns na medida em que defendem a reciclagem de materiais, a economia de recursos naturais e a preservação da biodiversidade. Perguntamos, então onde estão as lacunas em tais propostas? Ao que respondemos ao inserirmos as preocupações sociais e econômicas nestas práticas.

Nossa reflexão deve levar em consideração o viés político das ações de consumo, o viés educativo das campanhas de conscientização, o viés mercadológico que destaca um novo mercado para quem quer consumir com consciência e o viés social, ao levantar informações sobre toda a cadeia produtiva por trás de determinado produto ou serviço. Estamos em um momento em que o que nos é exigido é um passo além nessa reflexão. E neste sentido, FURRIELA (2001, pág. 02) coloca com muita propriedade:

“Fica evidente, quando se estuda a questão do consumo sustentável, que existe uma grande desigualdade no poder de consumo ao se comparar diferentes segmentos de uma sociedade e, ainda, diferentes sociedades. (...) De acordo com dados da Organização das Nações Unidas (ONU), 20% daqueles com maior renda no mundo são responsáveis por 86% dos gastos totais com consumo de bens, enquanto os 20% mais pobres têm acesso a apenas 1,3% dos bens de consumo. (...) Ao se tratar do consumo sustentável (...) busca-se a implantação dos conceitos de equidade e justiça social”.

E em complemento, aludimos a PORTILHO (2005), que aponta para uma estratégia de produção e consumo sustentáveis, “onde meio ambiente deixou de ser relacionado apenas a uma questão de como usamos os recursos (os padrões) para incluir a preocupação de quanto usamos (os níveis), tornando-se uma questão de acesso, distribuição e justiça”.

Assim, uma perspectiva de **produção sustentável e de consumo sustentável** leva consigo os preceitos do que consideramos **socialmente justo, ambientalmente responsável e economicamente viável**, numa proposta prática que implique em mudanças reais mais profundas no modo de pensar e agir das pessoas, com impactos sentidos a médios e longos prazos, em todo o corpo estrutural das vertentes que sustentam o modo de vida das pessoas, ou seja, seus modos de produção, distribuição e consumo inseridas num plano abrangente de sustentabilidade e desenvolvimento local e regional, bem como social.

A Economia Solidária

A análise crítica das teorias e propostas dos “tipos” de consumo levou-nos ao encontro da economia solidária, justamente como uma resposta aos desafios da sustentabilidade, ao compreender em seus princípios o ideal do socialmente justo, ambientalmente responsável e economicamente viável. A economia solidária representa práticas fundadas em relações de colaboração, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, em detrimento à concentração da riqueza nas mãos dos detentores do capital. É promotora de ações de geração de ocupação e renda em larga escala e um instrumento de combate à exclusão social. Essa nova forma de produção e consumo tem como meta privilegiar o trabalho coletivo, a autogestão, a justiça social e o cuidado com o meio ambiente. Sobre ações coletivas, PORTILHO (2005) coloca que estas facilitam a distribuição deliberada dos custos e benefícios mais equitativa do que a exclusiva confiança em ações individuais. As ações coletivas são uma estratégia potencialmente mais desejável e eficaz para mover os atuais padrões em direção a sustentabilidade.

A cartilha “Saiba mais sobre Economia Solidária” (2006), elaborada pelo Centro de Educação Popular do Rio Grande do Sul (CAMP) nos ensina que esta é uma “alternativa de trabalho muito antiga, mas também muito recente (...) muita gente vive da economia solidária e nem sabe disso. São pessoas que trabalham juntas, (...) pensando e construindo o bem de todos”. Não deixemos de mencionar um dos principais defensores desta prática no Brasil: o professor Paul Singer, que postula em várias de suas obras o seguinte sobre a economia solidária:

“... seus princípios básicos são a propriedade coletiva do capital e o direito à liberdade individual. Todos os que produzem são uma única classe de trabalhadores na qual todos são possuidores do capital através do trabalho cooperativo”.

Segundo SINGER (2003) “A empresa solidária é basicamente de trabalhadores, que apenas secundariamente são seus proprietários (...) sua finalidade básica não é

maximizar lucro, mas a quantidade e a qualidade do trabalho”. É sabido que hoje, grupos de trabalhadores do campo e da cidade, apesar das inúmeras dificuldades, procuram se organizar em associações, cooperativas, microempresas e empresas autogestionárias.

Juntos, “assumem os riscos de viabilizar uma atividade econômica que lhes permita ter um trabalho e uma renda permanente e de cuja gestão e divisão dos resultados todos participem” (CAMP, 2006).

SINGER (2003) garante que “uma grande arma para a superação das fragilidades é a ajuda mútua entre os indivíduos, as associações, cooperativas e agências de fomento, que hoje estão unidas no Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES)”. Aliás, em complemento a entidades como o FBES, movimentos religiosos como a Cáritas⁴, da igreja católica, movimentos sindicais e os ligados a universidades (como as incubadoras de cooperativas populares) também cumprem papel de destaque no apoio, difusão e inclusão de atores nas redes solidárias no país. Movimentos sociais de todos os tipos hoje incorporam a economia solidária às suas ações. Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), Central Única dos Trabalhadores (CUT⁵) e o próprio governo são exemplos de instituições que têm dado à economia solidária apoio, seja direta ou indiretamente. Tanto que até uma Secretaria Nacional de Economia Solidária foi criada, vinculada ao Ministério do Trabalho, no início do governo Lula. Dados dessa secretaria revelam que no Brasil existem quinze mil empreendimentos de economia solidária, dos quais 55% são associações, 27% grupos informais e o restante, 14%, são cooperativas. Estão associados nos empreendimentos econômicos solidários (EES) mais de um milhão e duzentos e cinqüenta mil homens e mulheres, resultando em uma média de 84 participantes por EES⁶.

4 A Cáritas Brasileira é uma instituição da Igreja Católica, sendo parte da rede de Cáritas Internacional. Ela tem por fim dar sustentação à ação social da Igreja e está organicamente ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). A Cáritas desenvolve suas atividades com fundos gerados no Brasil pela Campanha de Solidariedade. Paul Singer destaca a evolução da Igreja Católica de uma ação meramente assistencial a uma postura de crítica ao capitalismo, com a proposição de que a solidariedade liberta. “Ela implica numa tese ousada: a de que os trabalhadores, desde que se organizem e granjeiem apoio, podem por si só superar a miséria. Uma das implicações desta tese é que este apoio não tem de ser do Estado, pressuposto geral de todas as correntes de esquerda até então. A Cáritas passou a apoiar milhares de Projetos Alternativos Comunitários (PACs) por todo Brasil, desde 1984, contando com a ajuda da Cáritas Suíça, *Miserior, Cebemo, Entraide e Fraternité e Cáritas Alemã*”.

5 Segundo SINGER, a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS/CUT) vem se dedicando a preencher uma lacuna que é a falta dum sistema de financiamento às cooperativas autogestionárias.

6 Empreendimento Econômico Solidário, conceituação teórica mais abrangente utilizada por alguns estudiosos e adotado no Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005 do MTE.

A este conjunto agregam-se mais vinte e cinco mil trabalhadores e trabalhadoras participantes que, embora não-sócios, possuem algum vínculo com os EES. A Rede Amazônia Solidária (2005) destaca a defesa da classe trabalhadora neste histórico:

“(...) assim como nos países europeus (...) a economia solidária ressurgiu no Brasil como forma de alternativa de defesa da classe trabalhadora contra o processo neoliberal de aniquilamento de milhões de postos de trabalho formal que se dá a partir da década de 80 (...) fazendo a classe trabalhadora que perdera seus empregos se organizasse em seus próprios negócios (...) começam a surgir entidades de movimentos sociais como Cáritas, ANTEAG⁷, que promoviam projetos alternativos comunitários os quais são capitalizados por fundos rotativos e em meados dos anos 90, desponta-se em várias universidades as Incubadoras de Cooperativas Populares, visando ajudar os grupos comunitários a desenvolverem-se coletivamente em atividades econômicas”.

As atividades desenvolvidas pelos EES resultam numa extensa variedade e expressiva quantidade de produtos e serviços. Os produtos mais citados pelos EES são aqueles relativos às atividades agropecuárias, extrativistas e pesca (42%), alimentos e bebidas (18,3%) e diversos produtos artesanais (13,9%). Quanto às dificuldades enfrentadas constata-se que 61% dos EES afirmaram ter dificuldades na comercialização, 49% para acesso a crédito e 27% não tiveram acesso a acompanhamento, apoio ou assistência técnica.⁸

Sobre a especificidade da economia solidária, aludimos a França Filho (2002, pág. 13): “A questão que se coloca é aquela de um novo relacionamento entre economia e sociedade”. E o autor continua com uma conceituação muito interessante de hibridação de economias:

“Trata-se aqui de um dos traços característicos do fenômeno chamado de hibridação de economias, isto é, a possibilidade de combinação de uma economia mercantil, não-mercantil e não-monetária. Isso porque, nessas iniciativas de economia solidária, em geral existem, ao mesmo tempo: venda de um produto ou prestação de um serviço (recurso mercantil); subsídios públicos oriundos do reconhecimento da natureza de utilidade social da ação organizacional (recurso não-mercantil); e trabalho voluntário (recurso não-monetário). Essas experiências lidam, portanto, com uma pluralidade de princípios econômicos, uma vez que os recursos são oriundos do mercado, do Estado e da sociedade”.

⁷ ANTEAG é a Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas Autogeridas e de Participação Acionária.

⁸ Todos estes dados são encontrados no Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005, Brasil, Ministério do Trabalho e Emprego.

Já a relação entre a economia solidária e o modo capitalista de produção é bem resumida por SINGER (2003, pág 86):

“Mesmo sendo hegemônico, o capitalismo não impede o desenvolvimento de outros modos de produção porque é incapaz de inserir dentro de si toda população economicamente ativa. A economia solidária cresce em função das crises sociais que a competição cega dos capitais privados ocasiona periodicamente em cada país. Mas ela só se viabiliza e se torna uma alternativa real ao capitalismo quando a maioria da sociedade, que não é proprietária de capital, se conscientiza de que é de seu interesse organizar a produção de um modo em que os meios de produção sejam de todos os que os utilizam para gerar o produto social”.

... E por COELHO (2006, págs. 01e 02):

“A Economia Solidária vem se solidificando como alternativa de desenvolvimento econômico aos modelos e padrões exploratórios do *modus operandi* da economia capitalista pelo qual nossa sociedade optou seguir. Ao mesmo tempo (...) não atua em um campo fora do capitalismo e do mercado formal, mas ao contrário, busca dentro da realidade existente formas alternativas de desenvolvimento econômico baseado em valores mais humanos, na busca da autonomia dos grupos que a praticam, em práticas sociais e ambientais sustentáveis”.

Vieira (2005, pág. 20) esclarece que do ponto de vista teórico, a economia solidária é em grande parte um modelo de ação – para que os projetos sejam factíveis é preciso agir de modo coordenado – ao contrário da economia neoclássica, cujo modelo propõe a não intervenção, a auto-regulação dos mercados: “(...) é possível compreender que os acontecimentos em curso afetam diretamente o processo de construir a economia solidária. De qualquer forma...”, continua o autor, “... é importante salientar que a economia solidária também é diferente da economia convencionalizada como heterodoxa, enquanto método. Um dos principais instrumentos de cunho heterodoxo é a análise empírica, sendo por meio desta que se acusa o distanciamento da economia neoclássica da realidade observável”. Coloca ainda “(...) a economia solidária aparece como uma terceira vertente no pensamento econômico, diferente da heterodoxa, por utilizar modelos ideais críticos como método”. Salienta enfim que “grande parte dos estudos sobre economia solidária neste início de século buscou observar as experiências concretas para poder entender sua lógica”.

Feita esta diferenciação teórico-metodológica, voltemos ao desafio maior de como casar eficiência econômica com inclusão social e com o processo de gestão democrática, participativa, transparente e solidária. Gaiger (2004) defende que os benefícios das experiências com economia solidária são extensos, a saber:

“... sobrevivência imediata, subsistência material, aumento da renda familiar, reinserção social, reativação da vida comunitária, qualificação técnica e profissional, desenvolvimento da autogestão, desenvolvimento do espírito democrático, participação na sociedade e consciência social e política”.

Ao propor um novo olhar sobre os empreendimentos econômicos solidários, o autor aponta “respostas emergenciais, necessárias e também: formas de inclusão social, meio para reconstituição progressiva da vida individual e coletiva, (...) e ação de fronteira, criadora de alternativas de vida econômica e social” (Gaiger, 2004).

Pauli (2006, pág 29) ao citar Paez aponta para o:

“(...) *modus vivendi* que se organiza balizado por alguns princípios como: 1) a compreensão do trabalho como meio de humanização, o que significa supremacia do trabalho sobre o capital, impedindo a exploração dos trabalhadores; 2) o trabalho associado, como base fundamental da organização do trabalho; 3) a propriedade social e coletiva dos meios de produção; 4) a autogestão como forma de participação dos trabalhadores no planejamento; 5) apropriação coletiva do excedente produzido; 6) a integração entre os empreendimentos solidários na perspectiva da organização de redes, criando relações de cooperação; 7) reinvestimento do excedente na produção coletiva ou na promoção do bem viver; 8) preservação dos ecossistemas e do meio ambiente na cadeia produtiva, isto é, desde a produção ao consumo”.

A figura abaixo, retirada do ATLAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL, retrata a abrangência da economia solidária, oferecendo uma amostra de sua dimensão e potencialidade de expansão contínua nos próximos anos:



Fig. 01. Abrangência da Economia Solidária no Brasil

Fonte: Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005. Brasil, Ministério do Trabalho e Emprego.

Singer (2003), por fim, destaca:

“O que impele a economia solidária a se difundir com força cada vez maior já não é mais a demanda das vítimas da crise, mas a expansão do conhecimento do que é a tecnologia social, econômica e jurídica de implementação da economia solidária. Centenas de iniciativas, que tendiam antes a ficar isoladas (...) passam a receber a atenção e o apoio de instituições especializadas (...) A construção dum modo de produção alternativo ao capitalismo no Brasil ainda está no começo (...) suas dimensões ainda são modestas diante do tamanho do país e de sua população. Mesmo assim (...) dezenas de milhares já se libertaram pela

solidariedade. O resgate da dignidade humana, do auto-respeito e da cidadania destas mulheres e destes homens já justifica todo esforço investido na economia solidária. É por isso que ela desperta entusiasmo”.

Retomamos aqui então os princípios em que a economia solidária se baseia: cooperação, solidariedade, autogestão, sustentação econômica e sustentabilidade ambiental. Tais princípios⁹ desdobram-se em propostas e ações práticas. Tais ações práticas e propostas de trabalho dependem de viabilidade econômica e de uma gestão democrática em seus empreendimentos. E é um destes empreendimentos que buscamos estudar. O recém-completado um ano “JUSTA TRAMA” foi nosso objeto de estudo de caso.

⁹ Não por acaso, estes princípios também se harmonizam com os princípios já mencionados do “TRATADO SOBRE CONSUMO E ESTILO DE VIDA”, que se aplicam tanto a produtores quanto a consumidores, que são: **revalorizar, reestruturar, redistribuir**, reduzir, reutilizar e reciclar.

O ESTUDO DE CASO

A Justa Trama

Histórico

A idéia de unir todas as etapas do processo de produção surgiu há cerca de quatro anos, desde 2002. A partir de estudos realizados pela Agência de Desenvolvimento da Central Única dos Trabalhadores (ADS/CUT) sobre cadeias produtivas do país, foram iniciadas as discussões sobre o processo produtivo do algodão. Em 2003, durante as reuniões da União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social do Brasil (UNISOL Brasil)¹⁰, trabalhadores de cooperativas do setor têxtil e confecção passaram a trocar experiências e refletir sobre a importância do fortalecimento e agregação de valor aos seus produtos a partir da criação de uma cadeia produtiva integrada do setor.

Como primeira experiência de ação, para estruturação da cadeia produtiva do algodão, 36 empreendimentos de todo o Brasil se organizaram para produzir em menos de um mês cerca de sessenta mil bolsas de algodão (tipo convencional) distribuídas aos participantes do Fórum Social Mundial 2005, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. No conjunto essa ação reuniu mais de seiscentos trabalhadores.

¹⁰ A UNISOL Brasil consiste em uma associação civil sem fins lucrativos, de âmbito nacional, de natureza democrática, cujos fundamentos são o compromisso com a defesa dos interesses reais da classe trabalhadora, a melhoria das condições de vida e de trabalho das pessoas e o engajamento no processo de transformação da sociedade brasileira em direção à democracia e a uma sociedade mais justa.

Idalina Maria Boni, uma das coordenadoras da JUSTA TRAMA, afirma em entrevista à Agência Brasil de Notícias (2005):

“Daí em diante, percebemos que era possível fechar toda a cadeia produtiva com cooperativas que utilizam os preceitos da economia solidária. Isso significa que da produção até a comercialização, nos nossos produtos estão presentes conceitos que valorizam o coletivo, a transparência, a divisão de renda e o comércio justo, com preços que respeitam o trabalhador e que levam em conta o bolso do comprador”.

Dessa experiência bem sucedida em Porto Alegre, saíram seis empreendimentos interessados em continuar o projeto, dando início à cadeia dos empreendimentos de economia solidária Justa Trama, composta por cinco cooperativas de trabalhadores e uma empresa de autogestão. Aqui cabe um destaque: todos os seis empreendimentos são os donos da marca JUSTA TRAMA.

A partir dessa ação a necessidade de um **projeto** de uma cadeia produtiva se tornou mais sólida, e a cadeia produtiva solidária do algodão agroecológico se tornou uma realidade. Em outubro de 2005, a marca foi oficialmente lançada, durante um evento realizado no Rio de Janeiro.



Fig. 02 - Logomarca da Justa Trama

A cadeia começa com a produção do algodão ecológico, plantado por cerca de 250 agricultores familiares, pertencentes à Associação de Desenvolvimento Educacional e

Cultural (ADEC) de Tauá, no Ceará¹¹. Através de um processo que envolveu diversas discussões acumuladas, os trabalhadores identificaram a importância da relação entre ser humano e o meio ambiente, que se expressou através da opção pela agroecologia. Segundo a ESPLAR, entidade que oferece assessoria a ADEC, a produção agroecológica¹² é isenta de qualquer produto químico sintético, o que é radicalmente diferente da produção convencional, em que se aplicam os mais perigosos pesticidas encontrados no mercado que aumentam os níveis de contaminação do solo e das fontes de água, causando enormes prejuízos à saúde humana e animal.

Justifica-se o cultivo do algodão agroecológico, que estabelece uma relação na qual não se prejudica a natureza nem os trabalhadores, e que os maiores beneficiários são aqueles que atuam direta ou indiretamente na sua produção. Por sua grande resistência à seca, o algodoeiro agroecológico arbóreo constitui-se em uma das mais importantes opções de cultivo em convivência com o semi-árido, podendo fixar o homem ao campo e gerar trabalho e renda estável e digna no meio rural. Esta é uma das características, entre outras, que encontram eco nos princípios da economia solidária. Sobre isso, aludimos a um artigo publicado pela ANTEAG:

“A agricultura ecológica requer trabalho de desconstrução de conceitos e valores dominantes. Por trás de um produto sem agrotóxicos, há (...) um produto socialmente justo que reverta a perversa relação existente entre miséria e agricultura. O uso de tecnologia que degrada a natureza e as condições de trabalho deve dar lugar para que tecnologias que respeitem o homem e a natureza, aumentem a dignidade humana e promovam as relações comerciais e interpessoais de forma socialmente justa. Uma das alternativas são as redes de comércio justo e solidário, que envolve consumidores conscientes que buscam consumir não apenas alimentos saudáveis como também socialmente justos. Dentre os princípios básicos da agroecologia destaca-se a prática de manejo que busca preservar a energia do sistema em vez de desperdiçá-la. (...) a organização, através do processo coletivo de gestão, propicia distribuição das funções e partilha dos resultados de forma mais racional na utilização dos recursos”.

Além da utilização da fibra do algodão para a produção de fios destinados a confecção de tecidos, o beneficiamento do caroço pode ser utilizado para a produção do

11 Também estão envolvidos os municípios de Choró, Quixadá e Massapé, todos na região de Tauá/CE.

12 A produção nesse caso se dá em um consórcio agroecológico do algodão, milho, feijão, gergelim e o nim (tipo de árvore) para o controle de pragas, feito com o emprego de técnicas de conservação do solo e da água e de controle de pragas com produtos naturais inofensivos aos(as) trabalhadores(as) do campo. É uma parceria com os Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs).

óleo bruto, de torta e linter, bem como a folhagem do algodão para alimentação animal, compondo um conjunto de estratégias de sobrevivência com grande importância social e econômica.

Do Ceará, o algodão agroecológico vai para a Cooperativa Nova Esperança (CONES)¹³, em Nova Odessa, no estado de São Paulo, onde trezentos trabalhadores ficam responsáveis pelo beneficiamento da pluma e pela produção do fio. A terceira etapa ocorre na TEXTILCOOPER¹⁴, outra empresa recuperada pelos trabalhadores composta por cem cooperados que produzem e comercializam cobertores de acrílico e de mantas de algodão convencional. Através de uma assessoria da Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS/CUT) e do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) foi elaborado um projeto para a Fundação Banco do Brasil para a compra de um tear circular, a fim de possibilitar a confecção de tecidos finos de algodão, necessários para a cadeia produtiva.

Nesse momento, a matéria-prima segue para uma rede de empreendimentos do setor de confecção coordenados pela Cooperativa Unidas Venceremos (UNIVENS) em Porto Alegre, composta por 23 cooperados que produzem camisetas, bolsas, jalecos, calças, etc. em algodão e poliviscose, com serviços de serigrafia. Andrada (2005), em seu trabalho sobre a experiência da UNIVENS, identifica uma variada faixa etária entre os membros da cooperativa, assim como a proximidade geográfica dos mesmos: “todos eles são moradores da Vila Nossa Senhora Aparecida por escolha do grupo, formalizada como princípio estatutário da cooperativa”. Outra característica marcante da organização interna da UNIVENS apontada por Andrada é a respeito da

“inexistência de um setor administrativo (...) as atividades-meio da cooperativa – gestão administrativa e contábil, compra de matéria-prima e atendimento a clientes (...) sempre foram realizadas pelas cooperadas em meio ao cotidiano de trabalho”.

13 A CONES é uma empresa recuperada que estava em processo de insolvência e que ao ser assumida por um grupo de gestão de trabalhadores pode voltar ao mercado graças aos esforços dos próprios trabalhadores cooperados que realizam tanto a fiação do algodão convencional (herbáceo) quanto a do algodão agroecológico (arbóreo) por entenderem a importância deste para o meio ambiente.

14 A TEXTILCOOPER nasceu de empresa que se viu em situação de quase insolvência. Diante das dificuldades financeiras, os empregados da tecelagem se organizaram para formar um comitê de autogestão, com a assistência do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, da Unisol Cooperativas e da Incubadora de Cooperativas da Prefeitura de Santo André.

A matéria-prima vinda de São Paulo também segue para a FIO NOBRE, em Itajaí, Santa Catarina, empresa autogestionária formada por vinte trabalhadores autogestionários que produzem cordões e fios diversos para a confecção, além de roupas artesanais finas (blusas de tricô, tear e bordados à mão).

Para finalizar a descrição do processo da cadeia produtiva, há a integração da Cooperativa Açaí, na região da Amazônia, que envia para o sul do país sementes especiais para o acabamento das peças, em formas de botões e fivelas. Também é desenvolvido pela Açaí o material para o futuro tingimento natural do algodão, seja o fio ou o tecido.

Para a comercialização dos produtos produzidos pela cadeia produtiva solidária do algodão ecológico, foi criada a marca JUSTA TRAMA que é o resultado da luta, da capacidade de organização e do sonho de trabalhadores e trabalhadoras de diversas regiões do Brasil. Duas empresas trabalham com a confecção e a comercialização dos produtos JUSTA TRAMA: a FIO NOBRE com os cordões, batas, peças bordadas e calças femininas e a UNIVENS com peças “mais rústicas”: camisetas, jaquetas e bolsas.

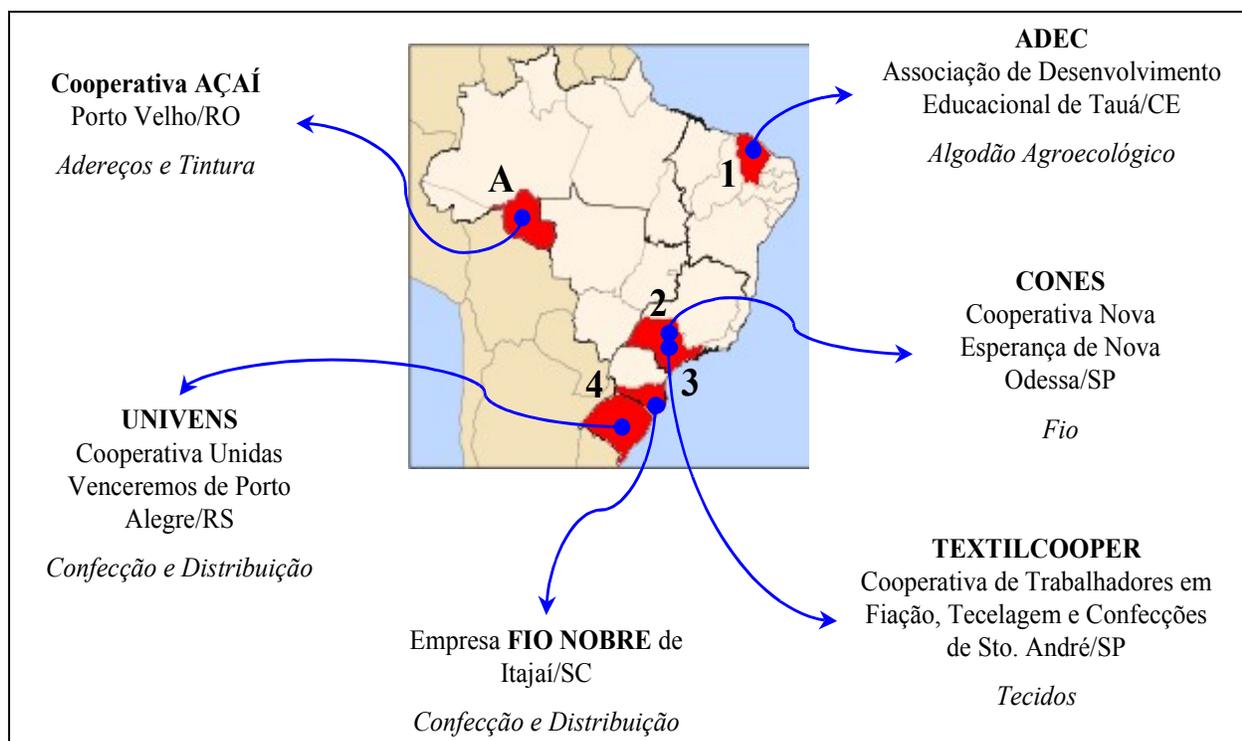


Fig. 03. Distribuição geográfica dos empreendimentos Justa Trama

Conforme já descrito anteriormente e apresentado na figura acima, o algodão é plantado no Ceará (1) e de lá segue para São Paulo, onde é transformado em fio (2) e depois em tecido (3). Segue rumo ao sul, onde ocorre a confecção e distribuição das peças (4). O estado de Rondônia não participa como elo linear da cadeia do algodão, mas integra os empreendimentos da cadeia ao fornecer suas sementes (A) para as centrais de confecção, que as empregam como adereços especiais das peças.

Realidades e desafios da cadeia

Idalina Boni, sócia-gerente da FIO NOBRE destaca o desafio jurídico: “estamos nascendo aos poucos. No momento, nosso desafio é a constituição da pessoa jurídica da JUSTA TRAMA”. A marca pode ser abrigada sob a forma de empresa, consórcio ou entidade civil. “Esse é o nosso desafio atual”, revela Leila França, tesoureira da CONES. O

próprio tingimento das roupas e acessórios merece atenção. Por se tratar de produtos agroecológicos, não devem possuir nenhum elemento químico nas etapas de produção. Segundo a agência SEBRAE de notícias,

“ainda é necessário a pesquisa e o estudo para se encontrar fixadores orgânicos de cores, especialmente para as peças que levam estampas serigrafadas. Esse desafio deverá motivar tribos indígenas de Rondônia, pois além de coletar sementes, também poderão contar com laboratório para pesquisar tinturas naturais para a marca”.

Nelsa Inês Fabian Nespolo, também uma das coordenadoras da JUSTA TRAMA e responsável pela UNIVENS, diz que a JUSTA TRAMA tem condições de produzir camisetas, blusas, calças, bolsas, bermudas, entre outros produtos, sempre com um toque especial, porque busca acompanhar as tendências de mercado, lançando sempre novas propostas. A marca conta até com o apoio e sugestões de alguns estilistas. “As peças são bonitas, modernas e exclusivas para o consumidor”, afirma Boni.

Nespolo diz que “atualmente, os empreendimentos envolvidos na JUSTA TRAMA não conseguem se manter apenas com a produção da marca”. Por isso, continuam produzindo sob encomenda, outras mercadorias feitas com algodão tradicional. “A UNIVENS, por exemplo, existe há dez anos e produz uniformes, camisetas etc., conforme o pedido do cliente. Já a TEXTILCOOPER vende cobertores e mantas, sobretudo durante o inverno”. Mas a idéia, de acordo com Nespolo, é que a produção seja, paulatinamente, substituída. Ela sonha com o momento em que a UNIVENS conseguirá se manter só com a produção da JUSTA TRAMA. “Trabalhar com o algodão ecológico é muito mais prazeroso”, diz. Isso porque, por um lado, os trabalhadores sentem-se orgulhos de assumir um compromisso com a qualidade do meio ambiente e do respeito à vida. Por outro, sentem-se satisfeitos ao criar seus próprios produtos. Loide da Silva Veiga, presidente de TEXTILCOOPER, vê uma “oportunidade muito grande na JUSTA TRAMA, para criar um produto que possa ser vendido durante todo o ano e, principalmente, no verão, quando a venda de cobertores e mantas cai muito”. A idéia agora “é que sejam criados novos projetos para beneficiar os demais elos da cadeia. (...) Por isso, parte da venda dos produtos está sendo destinada para a criação de um fundo comum”.

Um dos entraves para a expansão da JUSTA TRAMA é a oferta de algodão. A quantidade de algodão produzida pela ADEC ainda é pouco, dado o potencial de produção dos demais elos da cadeia. No começo foi uma tonelada e meia de algodão vinda do Ceará, o que permitiu a produção de quatro mil peças. A expectativa é positiva, na medida em que mais agricultores têm sido incorporados à cadeia. Para 2007, a previsão é de oito toneladas de algodão para trabalhar. Nespolo aponta para um importante detalhe: a segurança. “O envolvimento de mais duzentos agricultores no Ceará só foi possível depois de o projeto estar devidamente assegurado pela Esplar” (a produção agroecológica no Ceará funciona numa base consorciada, o que garante a sobrevivência do agricultor). Nespolo garante: “nunca vamos abrir mão do Ceará”.

Isto porque a necessidade de mais matéria prima levanta a possibilidade de parcerias com mais agricultores – dessa vez do Paraná – e que também só será incorporada com a garantia da produção nos moldes agroecológicos. “A Maitenos é uma organização que pode vir a garantir a produção agroecológica no Paraná, onde as condições edafoclimáticas permitirão que a produção seja contínua, não consorciada a outras culturas. Acima de tudo, o mais importante para nós é a seriedade na produção. Só vamos ampliar com muita segurança”, garante.

Dentro dessa postura ideológica estão os princípios da economia solidária. Ao afirmar que “em momento algum, permitiremos que a cadeia se quebre e que seja vendido somente o fio ou o tecido” os empreendedores garantem a sustentabilidade social do empreendimento. “Nós fazemos quaisquer peças encomendadas, e a marca JUSTA TRAMA sempre estará lá”. O ideal é não deixar de gerar trabalho pra quem se dedicou e construiu a cadeia.

O atual mercado da JUSTA TRAMA são as feiras de economia solidária organizadas pela FBES Brasil afora. A JUSTA TRAMA está presente em praticamente todas elas. O mais importante na avaliação de Nespolo é a constante qualificação do produto, sempre procurando desenvolver de outra forma, cada vez com mais qualidade. A cadeia é ambiciosa, pretende oferecer para o mundo a marca JUSTA TRAMA. “Recentemente foram encaminhadas com peças para França, mas mercado externo é um grande desafio”, reconhece.



Fig. 04 - Presença da Justa Trama na feira de Economia Solidária do Congresso Ibero-americano de Educação Ambiental, Joinville/SC 2006.

No momento, as encomendas do mercado interno estão começando a chegar à JUSTA TRAMA, graças a extensa participação em eventos e feiras. A logística de produção é a mesma da economia formal, sendo, portanto, utilizado normalmente o serviço de transportadoras, até mesmo porque não há iniciativas nesta área em economia solidária. Mas o objetivo do “negócio solidário” é diferente na medida que os lucros são rateados entre os trabalhadores. “Todo mundo sai ganhando e com produtos saudáveis”, explica Boni.

A formação de preços das peças da JUSTA TRAMA reflete o objetivo socioambiental adotado pela marca. “Nossos preços têm valor social agregado e vai ajudar

o empreendimento a ser auto-sustentável”, esclarece Nespolo. Nos elos da cadeia, o valor pago pelo algodão em pluma chega a seis reais por quilo, o dobro do que é pago normalmente pelo algodão convencional. Um valor mais justo e que significa agregação para o trabalhador. E assim se segue nos demais elos da cadeia. Na CONES também é pago um valor superior ao do fio convencional, valor agregado pelo fio agroecológico. Assim como com o tecido da TEXTILCOOPER, que também é mais valorizado.

Tal margem ainda é calculada em cima do valor negociado pelos produtos convencionais, mas o próprio parâmetro deve ser mudado. Segundo Nespolo está sendo desenvolvido um estudo por uma acadêmica no Rio de Janeiro que procura desvendar a participação de cada elo nos valores dos produtos. Mas o mais importante, segundo ela, é não ter só a referência do valor convencional como parâmetro. A composição final dos preços leva em conta o autofinanciamento e a possibilidade dos próprios envolvidos na cadeia adquirir o produto – “e isso é ser mais justo!”. Este autofinanciamento se reflete também na intenção de se criar um fundo de investimentos da marca, para fortalecer os negócios. “(...) assim como as cooperativas costumam fazer isoladamente para adquirir maquinários e construir suas sedes”.

Os envolvidos afirmam que a principal vantagem da JUSTA TRAMA é que todos os integrantes da cadeia conseguiram ampliar seus ganhos com o algodão ecológico, comparativamente às atividades tradicionais. “Isso é possível porque a marca eliminou os intermediários, que eram os que mais lucravam em toda a cadeia”, garante Nespolo.

Da matéria-prima ao produto final

Recentemente, os produtos acabados foram levados aos agricultores do Ceará, que ainda não tinham visto como as roupas ficavam quando prontas. “É nosso algodão mesmo?!!” Há o prazer no olhar dos agricultores ao vislumbrarem o fechamento de um ciclo que começa com eles. É uma outra relação quando você vê “um ciclo que se fecha”. E junto às costureiras, “a criatividade é incentivada, queremos um detalhe diferente em cada peça”. É o inverso das produções em massa padronizadas ao máximo. Destaque para o

movimento histórico de lutas no setor da tecelagem: “na confecção, há o envolvimento da mulher, lutas reprimidas que a história nem sempre conta” Hoje há esse valor agregado na tecelagem cooperativa por causa das lutas. Tal procedimento dobrou a renda de todos os trabalhadores, sem alterar o preço final do produto, ainda competitivo no mercado. Andrada (2005) já aponta os rendimentos maiores em relação ao mercado. Na UNIVENS as costureiras já ganham um valor mais justo. Para Nespolo “(...) com a cadeia é melhor”.

A presidente da UNIVENS diz estar trabalhando com economia solidária há dez anos e sente “uma realização muito grande de construir isso – talvez justamente por ser no ramo de roupas – o contato com a pele é maior, a gente sente ainda mais”.

Veiga resume a questão: “A principal vantagem é a possibilidade de se negociar com 'iguais', com pessoas que têm os mesmos objetivos e querem crescer de forma conjunta (...) trabalha-se com preços justos, sem os lucros exorbitantes dos capitalistas”.

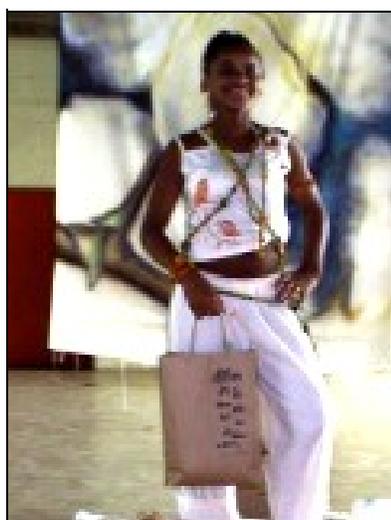


Fig. 05 - A Justa Trama em desfile de modas e em exposição

Como um dos seus elementos centrais a cadeia produtiva busca valorizar a **solidariedade e a cooperação** entre os trabalhadores dos diversos setores que a compõem, essa cadeia permite uma melhor comercialização (negociação entre as pessoas envolvidas) ao longo de suas etapas de produção, o que propicia melhores remunerações. Não há espaço para os atravessadores, o que gera uma equitatividade entre os parceiros chegando até o

consumidor final. Os clientes da JUSTA TRAMA são pessoas que têm preocupação com meio ambiente e consumo responsável. Segundo os coordenadores:

“Ao comprar um produto da JUSTA TRAMA, o consumidor também estará contribuindo para construção de uma outra economia, embasada em valores da autogestão, da solidariedade e da inclusão. Estará levando uma roupa inteiramente produzida de forma coletiva e agroecológica, radicalmente diferente da produção convencional”.

A cadeia como um todo busca valorizar a solidariedade e a cooperação entre os trabalhadores dos diversos setores que a compõem, onde a renda obtida é distribuída de forma mais igualitária – nas cooperativas, os trabalhadores não são assalariados, são donos do negócio. Combate a insustentabilidade ambiental e promove valorização, integração e inserção, e cria o valor social agregado, além de prover a sustentabilidade do empreendimento, há um fundo de investimentos aplicados em benefício da própria cadeia.

Respondem¹⁵ pela marca seis coordenadores – um representante de cada elo da cadeia, a saber: Senhor Chagas pela ADEC; Rodnei é quem responde pela CONES; Senhora Loíde da Silva Veiga pela TEXTILCOOPER; Senhora Idalina Boni pela FIO NOBRE; Senhora Dalvani pela Cooperativa AÇAÍ e Senhora Nelsa Nespolo, pela UNIVENS.

A JUSTA TRAMA, neste um ano de atividades, teve o apoio das seguintes organizações e entidades: Ministério do Trabalho e Emprego, Secretaria Nacional da Economia Solidária; Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS/CUT); Centro de Pesquisa e Assessoria (Esplar/CE); Fundação Banco do Brasil; Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES); Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE); Unisol Brasil e Verso Cooperativa.

A JUSTA TRAMA pretende agora explorar novas oportunidades, num mercado considerado promissor: “as pessoas têm perguntado por moda infantil, peças íntimas, roupas de cama”. Até colchão com os restos da fiação estão sendo desenvolvidos. “É um mundo aberto”. Como novidade está previsto o lançamento de uma linha de calçados. Trata-se de sandálias rasteirinhas com os cordões de algodão agroecológico.

¹⁵ Informações repassadas pela Senhora Nelsa Nespolo, por telefone, de caráter informal, por isso não consta os nomes completos dos coordenadores.

Em 23 de outubro de 2006, a JUSTA TRAMA completou um ano¹⁶. Eis a mensagem disponibilizada na internet em comemoração à data:

“É com alegria que queremos dizer a vocês que a cadeia do algodão agroecológico JUSTA TRAMA esta completando um ano do seu lançamento que aconteceu nesta data no ano que passou no Rio de Janeiro. Hoje estamos nos expandindo para outros estados do Brasil com novos produtores-agricultores, novos produtos e portanto com novos empreendimentos da economia solidária. Neste primeiro ano além do Brasil marcamos presença na Venezuela e no Uruguai. Estaremos com vocês nas feiras, todas as possíveis, para debater essa forma de desenvolvimento, e também para o Brasil todo adquirir e usar esses produtos saudáveis e que nos fazem bem também a nossa consciência. Agora é estarmos também no comércio justo internacional, com as imensas capacidades dos trabalhadores deste país”.

16 Vale a pena destacar que a construção da presente monografia se deu praticamente junto com o processo de desenvolvimento da JUSTA TRAMA.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que expusemos até aqui nos leva a afirmar que a idéia de uma rede de produção e consumo sustentáveis pode existir, e que a economia solidária, exemplificada aqui pela JUSTA TRAMA, é quem responde a tal anseio de existência. Pauli (2006, pág. 52) ao mencionar novamente Mance, apresenta uma resposta à altura de nossa hipótese central:

“(...) sendo a produção e o consumo praticados em laços de realimentação, a produção solidária pode comercializar toda a sua produção, possibilitando, em seguida, a ampliação da demanda de consumo e o ingresso de novos empreendimentos na rede. (...) as pessoas atualmente excluídas pela lógica capitalista poderão organizar redes de consumo partindo das ações que atualmente desenvolvem, para começar a **consumir e produzir** em rede, melhorando o seu padrão de consumo, gerando trabalho e renda, e excedente para o financiamento das atividades da rede”.

Adotamos neste trabalho uma abordagem de desenvolvimento social, sem rejeitar a eficiência econômica em empreendimentos cooperativos e autogestionários, nem abdicar de atividades que contribuam para o crescimento econômico do país. Ao contrário, procuramos salientar toda a dimensão da sustentabilidade que empreendimentos como a JUSTA TRAMA promovem, colocando os atores a serviço de um novo projeto de sociedade, onde a finalidade social é apoiada e justificada pela cooperação, pela solidariedade, pautada por princípios éticos e justos.

Claro que o setor ainda tem muito a evoluir. Infelizmente, ainda é pequena a familiaridade dos empreendimentos solidários em geral com as práticas de administração e de gerenciamento (embora isso não corresponda ao caso da JUSTA TRAMA). A grande arma para a superação das fragilidades é a ajuda mútua entre associações, cooperativas e as agências de fomento. Há um visível fortalecimento da economia solidária no país. Isso se deve tanto pelos esforços dos próprios cooperadores como pelo apoio que recebem de entidades como a Cáritas, ADS, ANTEAG, e pelas universidades, através das Incubadoras de Cooperativas Populares.

É recomendável que sejam desenvolvidos novos estudos e pesquisas procurando aprofundar conhecimentos nesta área, como por exemplo, para desenvolver ferramentas que fortaleçam as áreas administrativa e econômica das EES, que auxiliem o processo de distribuição dos recursos e que facilitem a implantação e gestão de iniciativas solidárias. Assim como, desenvolver instrumentais que possam medir o aumento real da renda de cada família e sua conseqüente melhora de bem-estar com a participação em redes e cooperativas, mecanismos que auxiliem a disseminação de conhecimentos nessa área ou mesmo a formação dos envolvidos nestes processos. Além destes, são também pertinentes estudos que procurem delinear as áreas e setores da economia de maior sucesso das EES, com especial atenção àqueles que melhor respondem aos desafios postos para se alcançar a almejada sustentabilidade - econômica, ambiental e social.

Estudos e pesquisas daí decorrentes permitirão a análise e avaliação das experiências de redes solidárias, processos de expansão, tendências de regionalização, otimização de sua logística, melhoria da comunicação, formação dos agentes, entre outros. Outros estudos, de natureza comparativa, poderiam avaliar as experiências de EES do Brasil com experiências em desenvolvimento em outros países.

O desenvolvimento das pesquisas sugeridas fortaleceriam o papel da universidade no processo de viabilização de empreendimentos solidários, em meio ao conjunto de entidades de fomento já existentes, cujas atuações são de fundamental importância neste contexto.

A mensagem central por trás deste estudo é que os empreendimentos baseados nos princípios da autogestão, dentro de uma perspectiva de economia solidária, aumentam as chances de se “alternativizar” o atual mercado, desde que seus elos da cadeia estejam unidos por laços de ética e justiça. Ao enfrentar as regras impostas pela competição desenfreada, que visa somente as maximizações individuais, nos defrontamos com novas formas de garantia de geração de renda para as famílias e acima de tudo, encontramos peças fundamentais para a construção de uma sociedade mais sustentável, pois estas garantem o bem-estar das pessoas e promovem a diminuição da desigualdade. Entendemos a economia solidária, assim como este exemplo escolhido, a JUSTA TRAMA, como uma perspectiva

de futuro à atual sociedade capitalista, insustentável ambientalmente, socialmente, e por que não dizer, num futuro próximo, economicamente.

O poder político e cidadão está nas mãos dos consumidores, não nos desvencilhemos desta condição. Cabe-nos neste momento optar, conscientemente, pela sustentabilidade, defendida desde a forma de produção até ao “modelo” de consumo. Já está provado que não se trata de abrir mão do consumo de bens da noite para o dia, mas repensar toda a significação por trás destes atos e optar por produtos e serviços que reflitam o nosso próprio sentimento a respeito do trabalho, do uso dos recursos naturais e da distribuição de renda.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADA, Cris F. **O encontro da política com o trabalho: história e repercussões da experiência de autogestão das cooperadas da UNIVENS**. Teses USP – Psicologia Social. São Paulo, 2005.
- ANTEAG. **Autogestão, ecologia e economia solidária**. 2006. Disponível em <<http://www.anteag.org.br>> Acesso em 18 de novembro de 2006.
- BRASIL, Agência de Notícias – Portal da Cidadania
<http://www.radiobras.gov.br/materia_i_2004.php?materia=245782&q=1&editoria=>
- BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. <<http://www.mma.gov.br/>>
- BRASIL, Ministério do Trabalho e do Emprego. **Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005**. In <<http://www.fb.es.org.br>>
- BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego.
<<http://www.mte.gov.br/Noticias/Conteudo/11917.asp>>
- CAMP – Centro de Educação Popular – Ação pela Solidariedade. **Saiba mais sobre Economia Solidária**. Porto Alegre, 2006.
- CANCLINI, Néstor García. **Consumidores e cidadãos - conflitos multi-culturais da globalização**. Rio de Janeiro, UFRJ, 1996.
- COELHO, Júlia. **Economia solidária e desenvolvimento sustentável: análise preliminar visando avaliar os espaços da economia solidária no RS**. Grupo de Pesquisa 13: Socioeconomia Solidária e Desenvolvimento Local. XLIV Congresso da SOBER “Questões Agrárias, Educação no Campo e Desenvolvimento”. 2006.
- ECOSOL. <www.ecosol.org.br>
- FRANÇA FILHO, Genauto C. de. **Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular: traçando fronteiras conceituais**. Revista Bahia Análises & Dados: Salvador, SEI. Vol 12. N. 01. Junho 2002.
- FÓRUM Brasileiro de Economia Solidária.
<http://www.fb.es.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=616&Itemid=62>

- FURRIELA, Rachel Biderman. **Educação para o Consumo Sustentável**. Ciclo de Palestras sobre Meio Ambiente. MEC/SEF/COEA, 2001. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/download/cibec/pce/2001/47-55.pdf>> Acesso em 28 de junho de 2006.
- GAIGER, Luiz I. (org). **Sentidos e Experiências da Economia Solidária no Brasil**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004.
- GARDNER, Gary. **Precisamos de uma ética da suficiência**. Entrevista cedida ao IHU On-Line. Textos recebidos pelo Grupo de Discussão em Economia Solidária no CIBEA. (Congresso Ibero-americano de Educação Ambiental, Joinville, 2006).
- GONÇALVES, Daniel Bertoli. **Desenvolvimento sustentável: o desafio da presente geração**. Artigo extraído da Revista Espaço Acadêmico no. 51 – Agosto de 2005. Disponível em <<http://www.espacoacademico.com.br/051/51goncalves.htm>>. Acesso em 28 de junho de 2006.
- LEFF, Enrique. **Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- MARTIRANI, Laura A. et al. **Sociedade de Consumo e Ambiente: Valores Sociais, Necessidades Psicológicas e Nova Educação**. III Encontro da ANPPAS – Brasília, 2006.
- MINEP – Cooperação Internacional. **Proposta de Cooperação do Setor Têxtil entre MINEP e seus entes (Venezuela) e a Cadeia Têxtil Justa Trama (Brasil)**. Relato e Avaliação de Visita, março de 2006.
- PAULI, Jandir. **O Poder nas Redes de Economia Solidária**. Dissertação de mestrado em Sociologia. Porto Alegre. UFRGS, 2006.
- PORTILHO, Fátima. **Sustentabilidade Ambiental, Consumo e Cidadania**. São Paulo: Cortez, 2005.
- _____. **Consumo "verde", democracia ecológica e cidadania: possibilidades de diálogo?** Disponível em: <<http://www.rubedo.psc.br/Artigos/consumo.htm>> Acesso em 20 de junho de 2006.
- REDE AMAZÔNIA SOLIDÁRIA. **Formação de Agentes de Desenvolvimento Solidário**. Novos Laços Desenvolvendo a Amazônia. 2006. Disponível em <<http://www.redeamazoniasolidaria.org.br/modulo1economiasolidaria/historicodaecoso1.doc>> Acesso em 18 de novembro de 2006.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. (org). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SEBRAE, Agência Sebrae de Notícias.

<<http://asn.interjornal.com.br/noticia.kmf?noticia=3900198&canal=217&total=103&indice=0>>

SETOR 3, O terceiro setor em rede.

<<http://www.setor3.com.br/senac2/calandra.nsf/0/10C62668BB89A3538325715A005C02C8?OpenDocument&pub=T&proj=Setor3>>

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo. Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. **A recente ressurreição da economia solidária no Brasil**. In Santos, Boaventura de Sousa. *Produzir para Viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro, 2002, pp. 83 - 129.

_____. **Solidariedade na Economia: Uma Alternativa à Competição Capitalista**. 2003. Entrevista Disponível em <http://twiki.im.ufba.br/pub/PSL/EconomiaSolidaria/Entrevista_Paul_Singer.pdf> Acesso em 20 de outubro de 2006.

TRATADO SOBRE CONSUMO E ESTILO DE VIDA. Disponível em: <<http://www.fboms.org.br/ongsbrasil/rio+10/tratados/consumo.htm>> Acesso em 21 de maio de 2006.

UNISOL Brasil. <<http://www.unisolbrasil.org.br/verCont.php?tipo=2&id=1>>

VIEIRA, Fabiano M. **Coerência e aderência da Economia Solidária: um estudo dos coletivos de produção do MST em Mato Grosso do Sul**. Tese de doutorado da USP. São Paulo, 2005.

WORLDWATCH INSTITUTE. **O Estado do Mundo – 2004**. Salvador: UmaEd, 2004. disponível em <http://www.pr.gov.br/meioambiente/educ_historico.shtml> Acesso em 21 de maio de 2006.